

Assessoria Const. Segurança Nacional

ANC-CPEC

ANC 88
Pasta Agos/Out 86
037

Comissão dá a militares atribuição de garantir "ordem constitucional"

Da Sucursal do Rio

A Comissão Provisória de Estudos Constitucionais aprovou antontem artigo que que outorga

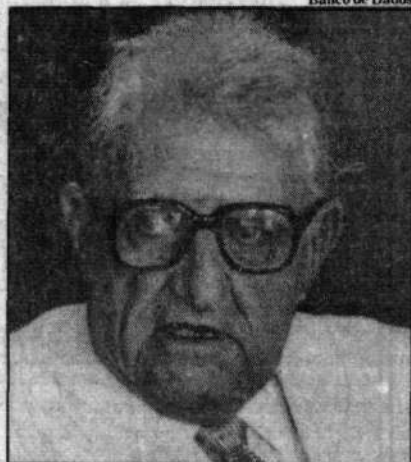


às Forças Armadas a missão de garantir "a ordem constitucional", por "iniciativa dos poderes constitucionais, nos casos previstos pela lei". A Comissão concluiu, às 23h, o texto final do anteprojeto que servirá de subsídio ao Congresso constituinte. De acordo com o jurista Clóvis Ferro Costa, a inclusão da garantia da "ordem constitucional" foi devido às declarações de militares defendendo que as Forças Armadas mantivessem o papel de defesa da "lei e da ordem" interna, como prescreve a atual Constituição.

A Comissão inicialmente era favorável a que as Forças Armadas tivessem como destinação "assegurar a independência e a soberania do país, a integridade de seu território e os poderes constitucionais". O ministro do Exército, Leonidas Pires Gonçalves, por exemplo, em sua ordem do dia, no Dia do Soldado, defendeu a manutenção da atual função das três forças de mantenedoras da ordem interna.

Foi aprovado também, nas Disposição Geral e Transitórias do anteprojeto, proposta do ex-senador Mário Martins que concede anistia política aos servidores civis e militares não beneficiados pela emenda aprovada no ano passado pelo Congresso Nacional. Eles terão, pelo artigo, direito ao reingresso em suas funções, direitos de acesso, promoção, vencimentos, vantagens e ressarcimento dos atrasados.

O único a se manifestar contra a



Afonso Arinos

proposta foi o professor da Escola Superior de Guerra Ney Prado, que disse que a volta ao trabalho dos militares poderia gerar constrangimento, "inclusive a eles próprios, que se tornariam elementos estranhos por terem passado tanto tempo fora da atividade". O presidente da Comissão, jurista Afonso Arinos, 81, pediu que o artigo fosse aprovado, após um discurso emocionado de Mário Martins, o que foi feito por unanimidade dos dezoito presentes.

O artigo, segundo Mário Martins, beneficiará apenas 41 oficiais do Exército, seis da Marinha e um da Aeronáutica —o capitão Sérgio Miranda, integrante do Parasar e que foi expulso por ser recusar a cumprir ordens que considerou criminosas— "que deverão ter o direito de voltar às fileiras com toda a nossa gratidão por terem defendido a Constituição". O projeto prevê ainda indenizações à família dos mortos e desaparecidos em decorrência de atos de repressão política.



Ney Prado

Também foi aprovada emenda apresentada pelo cientista político José Alberto Assumpção, 50, segundo a qual "o valor do passivo das empresas financeiras e de entidades abertas da previdência privada sujeitas à intervenção, liquidação extrajudicial ou falência, será atualizado pelos mesmos critérios e a partir da mesma data fixada para a correção de seu ativo".

O texto final do anteprojeto será entregue, possivelmente no dia 18 de setembro, ao presidente José Sarney, em Brasília. No relatório do jurista Afonso Arinos estará a declaração de que a Comissão decidiu "não tratar da duração do atual mandato do presidente da República por entender que este será uma opção política da Assembléia Nacional Constituinte". Vai recomendar, no entanto, um mandato de seis anos sob o regime misto de parlamentarismo e presidencialismo indicado pelo anteprojeto.

A comissão aprovou ainda, artigo



Clóvis Ferro Costa

pelo qual caberá à polícia civil, "a vigilância ostensiva e preventiva, sendo incumbida ainda da investigação criminal". O artigo faculta ao Estado manter ou não contingente de Polícia Militar, que agirá, de acordo com o anteprojeto, quando forem "insuficientes os agentes da polícia civil e do Corpo de Bombeiros".

Desde sua criação, em julho do ano passado, a Comissão realizou 52 sessões e recebeu quase nove mil cartas e documentos, tendo respondido a 951 delas, segundo afirmou o secretário-executivo Mauro Santayana. Nas reuniões de sexta-feira e sábado passados foi feita a revisão dos textos e examinados poucas emendas ainda não discutidas, pelo plenário. As duas reuniões, realizadas no centro Candido Mendes, no centro da cidade, foram filmadas e cópias serão entregues ao presidente José Sarney e ao cineata Silvío Tandler, que as utilizará como base para um filme sobre o trabalho da Comissão.